

LEI N° 527, DE 26 DE JUNHO DE 1972

(Concede incentivos para instalação de Indústrias no Município)

\*

ONOFRE ROSA DA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto n° 17/72 e ele promulga e sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º - O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, concederá incentivos, de conformidade com esta lei, às indústrias que se instalarem no Município.

Parágrafo Único - Os incentivos, obedecerão à seguinte ordem:

- I - às indústrias que utilizarem um mínimo de 50 (cinquenta) operários, doação de área até 3.000 m² (três mil metros quadrados); isenção de impostos municipais por 10 (dez) anos; cessão gratuita de até 500 (quinhentas) horas de máquinas de terraplanagem e abertura gratuita de valetas para água e esgotos;
- II - às que utilizarem de 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) operários, os favores referidos no item anterior com elevação da área a ser doada para 5.000 (cinco mil) metros quadrados e 600 (seiscentas) horas de máquinas de terraplanagem;
- III - às que utilizarem de 101 (cento e um) a 200 (duzentos) operários, os mesmos favores já referidos, com elevação da área a ser doada para 8.000 m² (oito mil metros quadrados), isenção de impostos por 15 (quinze) anos e 700 (setecentas) horas de máquinas para terraplanagem;
- IV - às que utilizarem de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) operários, os favores referidos, com elevação da área a ser doada para 10.000 m² (dez mil metros quadrados), isenção de impostos por 20 (vinte) anos e 800 (oitocentas) horas de máquinas para terraplanagem;
- V - às que utilizarem além de 300 (trezentos) operários, os favores mencionados, com elevação para 30 (trinta) anos de isenção de impostos, 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) de área a ser doada e 1.000 (mil) horas de máquinas para terraplanagem.

Artigo 2º - A isenção de impostos será exclusivamente com referência aos lançados pelo Município.

Artigo 3º - As áreas a serem doadas nos termos desta lei, serão objetos de desapropriação municipal por utilidade e necessidade pública, em região periférica da cidade, visando melhor atendimentos.

to dos interessados e do Município.

Artigo 4º - Os interessados nos incentivos desta lei, formulando requerimento ao Prefeito Municipal, apresentando Projetos e especificações detalhadas das obras e da indústria a ser instalada.

Artigo 5º - Antes de deferir o requerido, o Prefeito Municipal poderá determinar diligências que julgar necessárias e exigir reforço de documentos.

Parágrafo único - Podrá ainda o Prefeito Municipal, em parecer fundamentado, indeferir o pedido de incentivos, se o ramo industrial a ser instalado for considerado danoso à saúde pública e ao bem estar da população, ou por outra qualquer maneira que não o consultar os interesses da coletividade.

Artigo 6º - Após efetivada a doação pelo Município, da área correspondente, a indústria deverá entrar em funcionamento no prazo estabelecido no parágrafo único deste artigo, sob pena de resarcimento ao Município do valor da área doada e das horas das máquinas cedidas.

Parágrafo único - Os prazos a que se refere o artigo, serão os seguintes:

- |                |                             |
|----------------|-----------------------------|
| item I .....   | 18 (dezesseis) meses;       |
| item II .....  | 24 (vinte e quatro) meses;  |
| item III ..... | 30 (trinta) meses;          |
| item IV .....  | 36 (trinta e seis) meses;   |
| item V .....   | 42 (quarenta e dois) meses; |

Artigo 7º - As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das verbas próprias orçamentárias do corrente exercício, ou de créditos solicitados à Câmara Municipal.

Parágrafo único - Os orçamentos futuros, consignarão o obrigatoriamente verbas especiais para atendimento desta lei.

Artigo 8º - As declarações inválidas ou falsas, com o fito de burlar a presente lei, serão punidas com multa igual a 10

---

(dez) vezes o valor dos benefícios concedidos.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, em 26 de junho de 1972.

*Ledilvino*

Registrada no livro próprio nº  
5 - publicada neste Prefeitura  
em 26/6/72.

*- Ledilvino*